

**Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento**

# **Relatório Anual de Gestão (RAG) 2011**

**Aprovado com ressalvas na 238ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, realizada nos dias nove e dez de outubro de 2012**

**Brasília-DF, 26 de março de 2012**

## Índice

Introdução .....	3
I. Demonstrativo da execução orçamentária em 2011 .....	4
II. Demonstrativo da execução anual das ações e resultados .....	14
A) 1º objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011 .....	14
1. Objetivos, diretrizes e metas do PNS 2008-2011 .....	14
2. Ações e resultados alcançados .....	15
B) 2º objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011 .....	19
1. Objetivos, Diretrizes e Metas do PNS 2008-2011 .....	19
2. Ações e resultados alcançados .....	21
C) 3º Objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011 .....	29
1. Objetivos, Diretrizes e Metas do PNS 2008-2011 .....	29
2. Ações e resultados alcançados .....	29
D) 4º objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011 .....	32
1. Objetivos, Diretrizes e Metas do PNS 2008-2011 .....	32
2. Ações e resultados alcançados .....	33
III. Observações e considerações finais .....	35

## Introdução

O Relatório Anual de Gestão apresenta os resultados alcançados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no exercício de 2011 e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários. Tem como propósitos apoiar o gestor de cada esfera na condução do SUS, permitir a verificação da efetividade alcançada na atenção integral à saúde, subsidiar as atividades de controle e auditoria e contribuir para a participação social em saúde.

Neste relatório consta o desempenho das metas traçadas pelo Plano Nacional de Saúde (PNS) - 2008-2011, cuja aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde foi oficializada em Reunião Ordinária realizada em 15 de outubro de 2009.

O planejamento vem sendo paulatinamente apropriado por gestores e profissionais de saúde como função estratégica para ampliar a capacidade resolutiva do SUS. A base de organização e funcionamento desse planejamento inclui a formulação dos instrumentos básicos de saúde, a saber: o Plano de Saúde (PS), a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Relatório Anual de Gestão. Tais instrumentos são interdependentes, isso significa que, na esfera federal, o PNS deve ditar as bases para a definição das ações da PAS, as quais serão avaliadas pelo RAG, que apontará recomendações tanto para a PAS do ano seguinte quanto para eventuais ajustes no PNS.

O poder público, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), atua juntamente com os demais entes da federação na operacionalização das ações e serviços de saúde, numa perspectiva de alcance de resultados, que são verificados pelo uso do contínuo monitoramento e avaliação de desempenho.

O presente Relatório tem por base as ações constantes do PPA. Isso significa que, na elaboração deste RAG 2011, foi adaptada a metodologia estabelecida pela Portaria nº 3.176/2008, com a consolidação das informações de desempenho das ações do PPA, correlacionadas, contudo, aos objetivos, diretrizes e metas do PNS 2008/2009-2011.

As informações demonstradas nesse RAG foram coletadas a partir dos seguintes instrumentos: (i) Mensagem Presidencial 2011; (ii) Prestação de Contas do Presidente da República; (iii) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); (iv) Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS (PlamSUS) – módulo PPA; (v) Sala de Situação em Saúde do MS; (vi) Relatório de Planejamento Estratégico do MS. Porém, pode haver divergência de informações entre alguns dados apresentados, visto que, os períodos de consolidação das informações são diferenciados.

## I. Demonstrativo da execução orçamentária em 2011

A Função Saúde contou com uma dotação orçamentária inicial do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OSS) da ordem de R\$ 77,2 bilhões e teve aporte de recursos orçamentários - o que a elevou para R\$ 80,9 bilhões -, destinados à cobertura de 13 programas finalísticos executados sob a gestão do Ministério da Saúde (MS) e entidades vinculadas. Desse valor, foram empenhados R\$ 78,6 bilhões, incluindo emendas, pessoal inativo e dívida, o que equivale a 97,1% de execução. Em relação ao limite de empenho, a execução foi de 99,93%.

Na tabela 1 abaixo, é apresentado o demonstrativo da alocação de recursos e de sua execução, detalhado por Itens Globais (despesas com pessoal ativo e inativo das unidades do MS e juros e encargos da dívida e amortização) e por unidades orçamentárias.

**Tabela 1. Alocação de recursos e execução orçamentária - MS, 2011**

Em R\$ milhões				
Discriminação	Dotação Atualizada (A)	Limite Empenho <sup>(1)</sup> (B)	Despesa Executada (C)	(C/B) %
<b>ITENS GLOBAIS</b>	<b>14.747,6</b>	<b>14.473,8</b>	<b>14.473,8</b>	<b>100,00%</b>
PESSOAL ATIVO	8.527,0	8.269,2	8.269,2	100,00%
PESSOAL INATIVO	6.185,5	6.176,5	6.176,5	100,00%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA E AMORTIZAÇÃO	35,1	28,1	28,1	100,00%
<b>OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL</b>	<b>66.151,3</b>	<b>64.140,3</b>	<b>64.087,6</b>	<b>99,92%</b>
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	1.541,5	1.529,0	1.523,6	99,65%
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	1.742,5	1.671,0	1.671,0	100,00%
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	270,5	246,8	246,8	100,00%
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	123,2	120,8	120,3	99,60%
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	62.418,3	60.518,0	60.471,7	99,92%
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO	55,3	54,8	54,2	98,94%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>80.898,9</b>	<b>78.614,1</b>	<b>78.561,4</b>	<b>99,93%</b>

(1) Portaria GM/MPOG nº 23/2011 e exceções previstas art 1º do Decreto nº 7.445/2011.

A Tabela 2 a seguir apresenta a execução orçamentária (valores líquidos empenhados) da Função Saúde, no período de 2007 a 2011, segundo as subfunções típicas dessa função.

Observa-se que houve crescimento nos valores empenhados equivalente a 58% entre 2007 e 2011 (16,7% apenas em 2011). Entre as subfunções, a que apresenta maior volume de recursos alocados é a Assistência Hospitalar e Ambulatorial com 50,29% dos valores empenhados, seguida da Atenção Básica (18,10%); Suporte Profilático e Terapêutico (9,73%); Vigilância Epidemiológica (4,65%); Alimentação e Nutrição (0,52%); Vigilância Sanitária (0,43%); Demais subfunções (16,27%). Destaca-se também em 2011 o aumento percentual expressivo da subfunção Atenção Básica diante do total empenhado.

**Tabela 2. Execução Orçamentária da Função Saúde - Valores Empenhados por Função e Subfunção - Evolução de 2007 a 2011**

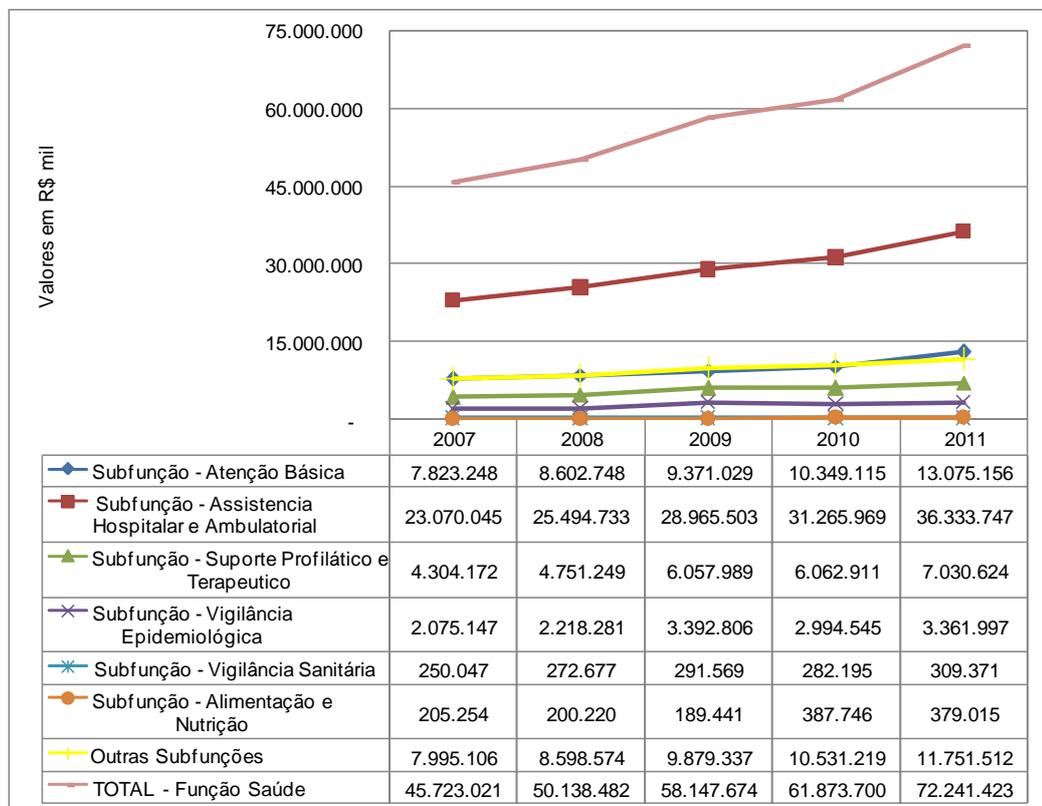
em R\$ mil

SUBFUNÇÕES	EMPENHADO				
	2007	2008	2009	2010	2011
Atenção Básica	7.823.248	8.602.748	9.371.029	10.349.115	13.075.156
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.070.045	25.494.733	28.965.503	31.265.969	36.333.747
Suporte Profilático e Terapêutico	4.304.172	4.751.249	6.057.989	6.062.911	7.030.624
Vigilância Epidemiológica	2.075.147	2.218.281	3.392.806	2.994.545	3.361.997
Vigilância Sanitária	250.047	272.677	291.569	282.195	309.371
Alimentação e Nutrição	205.254	200.220	189.441	387.746	379.015
Outras Subfunções	7.995.106	8.598.574	9.879.337	10.531.219	11.751.512
<b>TOTAL - FUNÇÃO SAÚDE</b>	<b>45.723.021</b>	<b>50.138.482</b>	<b>58.147.674</b>	<b>61.873.700</b>	<b>72.241.423</b>

Obs.: Função 10 - Saúde. Refere-se ao piso de ações e serviços de saúde.

Fonte: SPO/SE/MS.

**Gráfico 1. Execução Orçamentária (Valores Empenhados por Subfunção) Despesas Executadas (2007-2011), em R\$ Mil**



Fonte: SPO/SE/MS. Refere-se ao piso de ações e serviços de saúde.

Conclui-se que a Função Saúde demonstra evolução positiva na disponibilização de recursos entre 2007 e 2011, bem como para as subfunções típicas do setor que dão cobertura aos programas estruturantes. Esta evolução pode ser visualizada no gráfico 1.

Do total empenhado (R\$ 78,6 bilhões), R\$ 8,4 bilhões permaneceram para pagamento no exercício posterior, sob a forma de restos a pagar (RP), discriminados na coluna D da tabela 3, a seguir. Esse montante representa 13,1% dos valores executados em Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC) e 10,8% do total executado pelo MS em 2011. Em relação a 2010, houve aumento dos valores de restos a pagar, tanto absoluto quanto proporcionalmente, visto que os RP representaram 9,5% do montante total executado naquele ano.

Com relação aos recursos aplicados em ações e serviços de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional no 29/2000 (EC 29), o piso determinado para aplicação mínima pelo MS, em 2011, foi da ordem de R\$ 72,1 bilhões. O montante empenhado pelo MS totalizou R\$ 72,33 bilhões, conforme tabela 3, que corresponde a 100,3% do piso determinado.

Tabela 3. Execução Orçamentária por Unidade Orçamentária e por Programa, Ministério da Saúde – 2011

CONSOLIDADO PROGRAMAS E AÇÕES

PROGRAMAS E AÇÕES POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

POSIÇÃO: DEZEMBRO ENCERRADO (Atualizado até 30.01.2012)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2010	ORÇAMENTO 2011 - LEI Nº 12.381 DE 09/02/2011						%	%		
		PLOA 2011	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EXECUTADO (B)	PAGO (C)	INSCRIÇÃO R A P D = (B - C)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EXE C / LEI	SALDO	
<b>TOTAL DE PESSOAL E DÍVIDA</b>	<b>12.888.682.272</b>	<b>14.035.729.128</b>	<b>14.035.729.128</b>	<b>14.747.618.479</b>	<b>14.473.811.136</b>	<b>14.392.758.273</b>	<b>81.052.863</b>	<b>273.807.343</b>	<b>98,14</b>	<b>1,86</b>	
(A) - PESSOAL ATIVO	7.526.094.567	8.349.977.454	8.349.977.454	8.527.023.098	8.269.187.313	8.208.223.240	60.964.073	257.835.785	96,98	3,02	
(B) - PESSOAL INATIVO	5.320.427.732	5.635.683.480	5.635.683.480	6.185.520.784	6.176.482.940	6.156.511.174	19.971.766	9.037.844	99,85	0,15	
(C) - DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	42.159.973	50.068.194	50.068.194	35.074.597	28.140.884	28.023.860	117.024	6.933.713	80,23	19,77	
<b>(D) - TOTAL DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE</b>	<b>51.262.113.984</b>	<b>56.229.807.252</b>	<b>59.561.617.605</b>	<b>62.418.265.817</b>	<b>60.471.681.962</b>	<b>53.746.243.850</b>	<b>6.725.438.112</b>	<b>1.946.583.855</b>	<b>96,88</b>	<b>3,12</b>	
0016	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	457.536.045	754.434.011	679.511.512	702.518.298	613.167.734	324.471.054	288.696.680	89.350.564	87,28	12,72
0150	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	0	0	403.881.462	372.960.462	340.802.024	279.967.282	60.834.743	32.158.438	91,38	8,62
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	677.197.385	705.860.334	698.660.334	866.079.484	849.579.503	795.009.402	54.570.101	16.499.981	98,09	1,91
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.297.778	1.053.697	1.053.697	1.053.697	985.390	984.289	1.101	68.307	93,52	6,48
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	120.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	0	100,00	0,00
1201	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	145.071.040	182.968.353	161.003.824	177.136.353	162.816.818	74.855.148	87.961.670	14.319.535	91,92	8,08
1214	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	9.971.191.461	11.822.383.429	12.002.622.602	12.729.297.593	12.622.581.439	10.847.665.608	1.774.915.831	106.716.154	99,16	0,84

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2010	ORÇAMENTO 2011 - LEI Nº 12.381 DE 09 / 02 / 2011						SALDO ORÇAMENTÁRIO E = ( A - B )	%	%
			PLOA 2011	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA ( A )	EXECUTADO ( B )	PAGO ( C )	INSCRIÇÃO R A P D = ( B - C )			
1220	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	30.103.216.079	33.294.998.551	33.899.269.633	35.199.636.342	34.790.089.924	32.603.865.543	2.186.224.381	409.546.418	98,84	1,16
1287	SANEAMENTO RURAL	0	0	67.150.000	58.594.000	36.807.196	9.479.376	27.327.820	21.786.804	62,82	37,18
1289	VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	147.757.493	161.394.988	161.394.988	161.394.988	161.394.988	158.949.757	2.445.231	0	100,00	0,00
1291	SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	335.099.467	505.362.914	496.173.934	496.173.934	488.236.090	264.922.092	223.313.998	7.937.844	98,40	1,60
1293	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.378.520.798	5.586.602.576	5.585.810.576	6.337.444.575	6.332.637.875	5.829.686.567	502.951.309	4.806.700	99,92	0,08
1312	PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	54.683.175	87.414.997	85.398.997	86.709.132	80.059.408	31.370.113	48.689.295	6.649.724	92,33	7,67
1336	BRASIL QUILOMBOLA	1.099.371	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.199.991	0	1.199.991	9	100,00	0,00
1436	APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	359.118.369	450.838.419	441.114.765	452.828.983	438.250.212	216.823.791	221.426.421	14.578.771	96,78	3,22
1444	VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	2.885.268.824	2.624.921.700	2.616.564.580	2.632.942.580	2.585.913.921	2.175.464.007	410.449.914	47.028.659	98,21	1,79
1446	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	31.709.338	40.373.283	40.265.283	40.265.283	38.150.590	20.387.584	17.763.006	2.114.693	94,75	5,25
	EMENDAS PARLAMENTARES	593.347.359	0	2.210.541.418	2.092.030.113	919.008.859	102.342.237	816.666.622	1.173.021.255	43,93	56,07
<b>( E ) - TOTAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE</b>		<b>1.914.481.866</b>	<b>2.058.848.232</b>	<b>1.688.720.559</b>	<b>1.742.484.126</b>	<b>1.670.991.427</b>	<b>574.015.915</b>	<b>1.096.975.512</b>	<b>71.492.699</b>	<b>95,90</b>	<b>4,10</b>
0016	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	31.740.432	41.870.000	37.781.480	37.781.480	35.479.446	25.365.285	10.114.161	2.302.034	93,91	6,09

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2010	ORÇAMENTO 2011 - LEI Nº 12.381 DE 09 / 02 / 2011						%	%	
			PLQA 2011	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EXECUTADO (B)	PAGO (C)	INSCRIÇÃO R A P D = ( B - C )	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = ( A - B )	EXE C / LEI	SALDO
0122	SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	717.134.901	818.500.000	707.365.001	915.540.001	870.737.007	230.521.984	640.215.022	44.802.994	95,11	4,89
0150	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	385.987.520	413.241.462	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	373.213.593	399.993.190	398.553.190	334.489.092	324.112.249	299.496.912	24.615.337	10.376.843	96,90	3,10
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2.261.926	425.654	425.654	369.748	369.746	369.746	0	2	100,00	0,00
1036	INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	9.965.264	3.500.000	2.975.000	2.975.000	2.125.000	492.981	1.632.019	850.000	71,43	28,57
1138	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	10.253.647	17.500.000	14.875.000	0	0	0	0	0	0,00	0,00
1287	SANEAMENTO RURAL	201.415.140	296.000.000	188.875.000	90.675.000	82.494.281	4.959.614	77.534.667	8.180.719	90,98	9,02
1444	VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	1.265.560	10.500.000	500.000	21.583.571	21.581.572	12.809.393	8.772.179	1.999	99,99	0,01
8007	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	70.213.011	57.317.926	38.783.473	45.483.473	44.283.866	0	44.283.866	1.199.607	97,36	2,64
	EMENDAS PARLAMENTARES	111.030.872	0	298.586.761	293.586.761	289.808.260	0	289.808.260	3.778.501	98,71	1,29
<b>( F ) - TOTAL DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ</b>		<b>891.297.721</b>	<b>1.494.159.014</b>	<b>1.438.091.456</b>	<b>1.541.449.381</b>	<b>1.523.573.465</b>	<b>1.086.756.539</b>	<b>436.816.927</b>	<b>17.875.916</b>	<b>98,84</b>	<b>1,16</b>
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	114.995.192	129.706.077	129.157.932	171.663.117	171.272.688	145.325.747	25.946.941	390.429	99,77	0,23
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	41.384	18.162	18.162	3.892	3.892	3.892	0	0	100,00	0,00
1201	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	168.132.164	226.513.561	207.184.408	209.080.108	192.631.973	158.759.843	33.872.130	16.448.135	92,13	7,87

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2010	ORÇAMENTO 2011 - LEI Nº 12.381 DE 09 / 02 / 2011						%	%	
			PLOA 2011	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EXECUTADO (B)	PAGO (C)	INSCRIÇÃO R A P D = ( B - C )	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = ( A - B )	EXE C / LEI	SALDO
1289	VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	4.494.294	5.101.212	4.885.212	5.373.733	5.332.044	4.631.450	700.594	41.689	99,22	0,78
1293	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	120.209.398	135.604.000	135.424.000	140.424.000	139.524.308	101.844.317	37.679.991	899.692	99,36	0,64
1436	APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	17.020.096	17.151.002	16.999.802	18.699.782	18.618.993	16.954.004	1.664.989	80.789	99,57	0,43
1444	VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	465.545.353	980.065.000	943.238.440	995.021.249	995.006.859	659.078.979	335.927.879	14.390	100,00	0,00
	EMENDAS PARLAMENTARES	859.839	0	1.183.500	1.183.500	1.182.708	158.306	1.024.402	792	99,93	0,07
<b>( G ) - TOTAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>		<b>233.507.097</b>	<b>279.017.891</b>	<b>276.742.702</b>	<b>270.532.402</b>	<b>246.787.943</b>	<b>188.365.225</b>	<b>58.422.718</b>	<b>23.744.459</b>	<b>91,22</b>	<b>8,78</b>
0016	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	1.147.204	2.000.000	2.000.000	1.800.000	1.067.155	375.452	691.703	732.845	59,29	40,71
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	102.345.208	113.000.764	110.725.575	110.530.575	101.277.078	72.159.421	29.117.657	9.253.497	91,63	8,37
0901	SENTENÇAS JUDICIAIS	71.331	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
1289	VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	129.943.354	164.017.127	164.017.127	158.201.827	144.443.710	115.830.352	28.613.358	13.758.117	91,30	8,70
<b>( H ) - TOTAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR</b>		<b>97.351.405</b>	<b>113.807.876</b>	<b>113.807.876</b>	<b>123.227.756</b>	<b>120.257.527</b>	<b>88.529.772</b>	<b>31.727.755</b>	<b>2.970.229</b>	<b>97,59</b>	<b>2,41</b>
1185	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	97.351.405	113.807.876	113.807.876	123.227.756	120.257.527	88.529.772	31.727.755	2.970.229	97,59	2,41
<b>( I ) - TOTAL DO GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO</b>		<b>51.851.428</b>	<b>53.651.676</b>	<b>50.154.661</b>	<b>55.320.044</b>	<b>54.168.220</b>	<b>38.739.777</b>	<b>15.428.443</b>	<b>1.151.824</b>	<b>97,92</b>	<b>2,08</b>
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	15.620.844	14.925.336	14.925.336	18.287.036	18.213.301	17.107.863	1.105.439	73.735	99,60	0,40

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2010	ORÇAMENTO 2011 - LEI Nº 12.381 DE 09 / 02 / 2011						%	%	
			PLQA 2011	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EXECUTADO (B)	PAGO (C)	INSCRIÇÃO R A P D = ( B - C )	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = ( A - B )	EXE C / LEI	SALDO
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.800.936	1.542.320	1.542.320	1.748.004	1.099.829	1.083.549	16.280	648.175	62,92	37,08
1220	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	24.977.712	27.841.277	24.344.262	24.344.262	24.211.464	9.998.922	14.212.541	132.798	99,45	0,55
1436	APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	9.451.936	9.342.743	9.342.743	10.940.742	10.643.626	10.549.443	94.182	297.116	97,28	2,72
<b>AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - OCC</b> 1 = ( D + E + F + G + H + I ) - 8		<b>54.439.103.501</b>	<b>60.217.791.941</b>	<b>63.113.634.859</b>	<b>66.126.359.646</b>	<b>64.063.096.052</b>	<b>55.708.816.416</b>	<b>8.354.279.637</b>	<b>2.063.263.594</b>	<b>96,88</b>	<b>3,12</b>
<b>AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - PESSOAL ATIVO</b> 2 = ( A )		<b>7.526.094.567</b>	<b>8.349.977.454</b>	<b>8.349.977.454</b>	<b>8.527.023.098</b>	<b>8.269.187.313</b>	<b>8.208.223.240</b>	<b>60.964.073</b>	<b>257.835.785</b>	<b>96,98</b>	<b>3,02</b>
<b>AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - TOTAL</b> 3 = ( 1 + 2 )		<b>61.965.198.068</b>	<b>68.567.769.395</b>	<b>71.463.612.313</b>	<b>74.653.382.744</b>	<b>72.332.283.366</b>	<b>63.917.039.656</b>	<b>8.415.243.710</b>	<b>2.321.099.378</b>	<b>96,89</b>	<b>3,11</b>
<b>EMENDAS PARLAMENTARES</b> ( 4 )		<b>705.238.071</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.386.800.374</b>	<b>1.209.999.827</b>	<b>102.500.543</b>	<b>1.107.499.284</b>	<b>1.176.800.547</b>	<b>50,70</b>	<b>49,30</b>
<b>CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS - FNS</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>252.984.652</b>	<b>248.328.767</b>	<b>227.086.195</b>	<b>21.242.572</b>	<b>4.655.885</b>	<b>98,16</b>	<b>1,84</b>
<b>OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL</b> 5 = ( 1 + 8 )		<b>54.450.603.501</b>	<b>60.229.291.941</b>	<b>63.129.134.859</b>	<b>66.151.279.526</b>	<b>64.087.460.545</b>	<b>55.722.651.079</b>	<b>8.364.809.466</b>	<b>2.063.818.981</b>	<b>96,88</b>	<b>3,12</b>
<b>PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA</b> 6 = ( B )		<b>5.320.427.732</b>	<b>5.635.683.480</b>	<b>5.635.683.480</b>	<b>6.185.520.784</b>	<b>6.176.482.940</b>	<b>6.156.511.174</b>	<b>19.971.766</b>	<b>9.037.844</b>	<b>99,85</b>	<b>0,15</b>
<b>DÍVIDA ( AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS )</b> 7 = ( C )		<b>42.159.973</b>	<b>50.068.194</b>	<b>50.068.194</b>	<b>35.074.597</b>	<b>28.140.884</b>	<b>28.023.860</b>	<b>117.024</b>	<b>6.933.713</b>	<b>80,23</b>	<b>19,77</b>
<b>UO 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS</b> ( 8 )		<b>11.500.000</b>	<b>11.500.000</b>	<b>15.500.000</b>	<b>24.919.880</b>	<b>24.364.493</b>	<b>13.834.663</b>	<b>10.529.830</b>	<b>555.387</b>	<b>97,77</b>	<b>2,23</b>
<b>0901 - SENTENÇAS JUDICIAIS</b> ( 9 )		<b>5.473.355</b>	<b>3.039.833</b>	<b>3.039.833</b>	<b>3.175.341</b>	<b>2.458.858</b>	<b>2.441.477</b>	<b>17.381</b>	<b>716.483</b>	<b>77,44</b>	<b>22,56</b>
<b>MS - TOTAL GERAL</b> 10 = ( 3 + 6 + 7 + 8 )		<b>67.339.285.773</b>	<b>74.265.021.069</b>	<b>77.164.863.987</b>	<b>80.898.898.005</b>	<b>78.561.271.682</b>	<b>70.115.409.352</b>	<b>8.445.862.329</b>	<b>2.337.626.323</b>	<b>97,11</b>	<b>2,89</b>

OBS.: os números: 4, 8 e 9 estão somados nas UOS

Tabela 4. Piso para Aplicação em Ações e Serviços de Saúde Pública - 2011

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29

POSIÇÃO: DEZEMBRO ENCERRADO (Atualizado até 30.01.2012)

PISO EXERCÍCIO - 2011		R\$ Milhões
	<b>Empenhado 2010</b>	<b>61.965,20</b>
	<b>Variação Nominal do PIB 2010 / 2009: 16,38 %</b>	<b>10.151,17</b>
<b>( A )</b>	<b>Piso para 2011 (Ajustado + valores residuais)</b>	<b>72.120,97</b>
<b>( B )</b>	<b>Empenhado - Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	<b>72.332,28</b>
<b>( B1 )</b>	<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>8.269,19</b>
<b>( B2 )</b>	<b>Outros Custeio e Capital</b>	<b>64.063,09</b>

Quanto aos recursos de OCC detalhados por modalidade de aplicação, comparando os desempenhos de 2010 e 2011, houve uma redução na transferência a estados e ao Distrito Federal, de 28,3% em 2010 para 19,3% em 2011, bem como nas transferências aos municípios, de 51,5% em 2010 para 44,2% em 2011, que juntos representaram 76,4% gasto em 2010 frente a 63,2% em 2011. Em contrapartida, houve aumento expressivo das aplicações diretas, que passaram de 18,4% em 2010 para 33,4% em 2011.

Tabela 5 – Alocação de recursos de outros custeios e capital (OCC) - execução por modalidade de aplicação, 2011.

Modalidade de aplicação	Limite de empenho (A)	Despesa executada (B)	Indicadores		Diferença entre limite de empenho e despesa executada
			% (B)/(A)	Despesa executada / total geral da desp. exec (%)	
30-Transferências a estados e ao Distrito Federal	1.484,5	1.484,5	100%	1,9%	0,0
31-Transferências a estados e ao DF - fundo a fundo	13.702,8	13.702,8	100%	17,4%	0,0
40-Transferências a municípios	1.015,5	1.015,5	100%	1,3%	0,0
41-Transferências a municípios - fundo a fundo	33.671,6	33.671,6	100%	42,9%	0,0
50-Transferências a inst. privadas s/ fins lucrativos	594,2	594,2	100%	0,8%	0,0

70-Transferência a instituições multi governamentais	34,9	34,9	100%	0,0%	0,0
71-Transferências a consórcios públicos	0,0	0,0		-	-
80-Transferências ao exterior	406,3	406,3	100%	0,5%	0,0
90-Aplicações diretas	26.595,7	26.269,1	99%	33,4%	326,7
<b>Sub-total</b>	<b>77.505,7</b>	<b>77.179,0</b>	<b>100%</b>	<b>98,2%</b>	<b>326,7</b>
91-Aplicações diretas – oper. intra-orçamentárias	1.382,3	1.382,3	100%	1,8%	0,0
99-Reserva de contingência	0,0	0,0		-	-
<b>Total geral</b>	<b>78.887,9</b>	<b>78.561,3</b>	<b>100%</b>	<b>100,0%</b>	<b>326,7</b>

## II. Demonstrativo da execução anual das ações e resultados

Conforme assinalado na introdução, o demonstrativo a seguir está baseado nas ações do PPA no exercício de 2011 e respectivas fontes. Essas ações e resultados obtidos são mostrados segundo a estrutura básica do PNS, que contempla objetivos, diretrizes para o seu alcance e metas para o período 2008-2011. Assim, para cada objetivo e seu conjunto de diretrizes e metas constantes do PNS para o período, são apresentados os resultados, em 2011, das ações do PPA relacionadas às referidas metas.

### A) 1º objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011

#### 1. Objetivos, diretrizes e metas do PNS 2008-2011

**1º Recorte:** *Condições de saúde da população.*

**1º Objetivo:** *Prevenir e controlar doenças, outros agravos e riscos à saúde da população decorrentes da produção e do consumo de bens e serviços.*

#### **Diretrizes**

*1ª Vigilância, prevenção e controle de doenças e outros agravos.*

*2ª Prevenção e controle de riscos à saúde decorrentes da produção e do consumo de bens e serviços.*

#### **Metas**

- 1. Eliminar a rubéola e a síndrome da rubéola congênita até 2010.*
- 2. Eliminar o tétano neonatal até 2011.*
- 3. Manter o País livre da circulação do vírus da poliomielite, do sarampo e da febre amarela urbana.*
- 4. Reduzir a incidência da Aids de 18,7/100 mil em 2006 para 17,3/ 100 mil até 2011.*
- 5. Reduzir em 25% o número de óbitos por dengue, passando de 294 em 2007 para 220 até 2011.*
- 6. Reduzir em 40% a incidência de malária, passando de 603 mil casos em 2005 para 324 mil até 2011.*
- 7. Reduzir em 10% o coeficiente de detecção de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos de idade, passando de 3.610 casos em 2006 para 3.330 até 2011.*
- 8. Reduzir a incidência de tuberculose, passando de 80 mil casos em 2007 para 70 mil até 2011.*
- 9. Ampliar a cobertura vacinal contra a hepatite B, com três doses, da população de um a 19 anos de idade, passando de 65% em 2007 para 95% até 2011.*
- 10. Reduzir a mortalidade por doenças cardiovasculares, na faixa etária de 30 a 49 anos de idade, passando de 9% em 2007 para 8% até 2011.*
- 11. Ampliar o número de certificações de boas práticas de fabricação (BPF) concedidas a empresas de medicamentos e insumos farmacêuticos, passando de 407 BPF em 2007 para 709 até 2011.*

12. Ampliar em 44% o número de notificações de eventos adversos de medicamentos no Notivisa (Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária) passando de 2.060 em 2007 para 2.966 em 2011
13. Ampliar o número de municípios com ações estratégicas de vigilância sanitária pactuadas na CIB, passando de 1.637 em 2007 para 4.448 até 2011.

## 2. Ações e resultados alcançados

### 1ª. Diretriz: *Vigilância, prevenção e controle de doenças e outros agravos.*

- Ampliação do grupo alvo da vacina contra *Influenza*, atingindo 84% do público alvo (crianças de 6 meses a menores de 2 anos, gestantes, indígenas e trabalhadores da saúde), reduzindo o número de casos em 82% e o número de óbitos pela doença em 83%.
- Cobertura vacinal de 98,3% da tríplice viral no País, o que corresponde a 17 milhões de crianças de um a seis anos de idade vacinadas.
- Ampliação do grupo-alvo beneficiado com a vacina contra hepatite B para a faixa etária de 20 a 24 anos, o que corresponde a 87 milhões de doses oferecidas e 100% de cobertura vacinal para hepatite B de 1 a 10 anos.
- Houve avanço na detecção e tratamento das hepatites virais. O aumento gradual do número de pessoas em tratamento atingiu, em 2011, cerca de 25 mil portadores de hepatites B e C. Para potencializar essa linha de atuação foram disponibilizados 3,6 milhões de testes rápidos de triagem das Hepatites para os Centros de Testagem e Aconselhamento.
- Cerca de 58% dos municípios estão com 95% de Cobertura Vacinal de Tetravalente, parâmetro ideal definido pelo Programa Nacional de Imunizações.
- Estudos para a introdução de novas vacinas (Hepatite A e HPV – Vacina contra Papilomavírus Humano) foram concluídos em dezembro deste ano e foi iniciada a análise de factibilidade orçamentária para introdução dessas novas vacinas a partir de 2013.
- Não houve casos registrados, portanto, a meta de eliminação da rubéola e a síndrome da rubéola congênita (SRC) foi mantida desde 2010.
- Foram distribuídas 141 milhões de doses de vacinas aos estados e municípios pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), tais como vacinas contra febre amarela, poliomielite, meningite, Haemophilus influenza monovalente, sarampo, rubéola e caxumba (tríplice viral), Haemophilus influenza, difteria, tétano e coqueluche (Hib+DTP) e sarampo.
- Foram distribuídas 260 milhões de doses de vacinas adquiridas para as Unidades Federadas a fim de garantir a oferta de imunobiológicos para prevenção e controle de doenças à população brasileira. A meta de 184 milhões de doses de vacinas adquiridas foi superada em 141,19%. A meta pactuada refere-se a ampliação na faixa etária a ser

vacinada contra Gripe (Crianças, Gestantes, Profissionais de Saúde e Indígenas), contra o Sarampo (de 1 a 6 anos de idade) e contra Hepatite B (20 a 24 anos), para o controle, eliminação ou erradicação das doenças imunopreveníveis.

- Foram modernizadas 64 unidades da rede de laboratórios de saúde pública (27 LACEN, 15 Laboratórios de Referência, 10 Laboratórios de Fronteira e 12 Laboratórios NB3), por meio de capacitações para diagnóstico laboratorial, da aquisição de equipamentos, supervisões técnicas em Laboratórios Centrais (Lacen) e implantação do Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL nos Lacen). Os laboratórios foram fortalecidos com aquisições de equipamentos; capacitação dos agentes multiplicadores no Lacen e implantação de novas técnicas diagnósticas.
- Redução da taxa de incidência de tuberculose, passando de 37,7/100 mil habitantes em 2010 para 36/100 mil habitantes em 2011.
- Na área da prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST), foram adquiridos 322,5 milhões e distribuídos 480 milhões de preservativos masculinos às UF, considerando os insumos remanescentes do ano anterior.
- Para diagnóstico do HIV foram realizados 3,5 milhões de testes rápidos, ampliando o acesso à testagem e incentivando a realização de novos testes.
- Com relação à sífilis, no mesmo ano, foram adquiridos 350 mil testes rápidos de triagem, produzidos no País, disponibilizados à população nos serviços de atenção básica e nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA). Desse total, 100 mil foram destinados à testagem de gestantes.
- A Rede Nacional de Alerta e Resposta as Emergências de Saúde Pública Rede CIEVS até dezembro de 2011, conta com 50 centros distribuídos em 27 Centros estaduais e 23 Centros Municipais. A meta foi de ampliar a capacidade de vigilância e resposta às emergências de saúde pública, instalando o sistema de comunicação e capacitando os profissionais, por meio da estruturação de 55 Cievs.
- Redução de 10,9% do número de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos, que passou de 2.461 em 2010 para 2.192 em 2011.
- Redução de 11% do coeficiente de detecção em menores de 15 anos por 100 mil hab., que passou de 5,36/100 mil hab. em 2010 para 4,77/100 mil hab. em 2011.
- Redução de 12,8% do coeficiente de detecção geral, que passou de 18,22/100 mil hab. em 2010 para 15,88 em 2011.
- Aumento de 3,2% no número de unidades de saúde com pacientes em tratamento da hanseníase, passando de 9.155 em 2010 para 9.445 em 2011.
- 12 medicamentos adquiridos para atendimento de 49.000 pacientes portadores de hanseníase.

- Houve redução de 20,9% no número de casos de malária, passando de 318 mil, em 2010, para 251 mil em 2011 e a incidência passou de 12,6/1.000 habitantes para 11,7/1.000 habitantes, no mesmo período, o que corresponde a uma redução de 7,1% na taxa de incidência. Redução do número de casos na Região Amazônica em 22,6%, no período de janeiro a dezembro de 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010.
- Redução do número de internações por malária na Região Amazônica correspondente a 14,8% de janeiro a novembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2010.
- Aquisição e instalação de 1,1 milhão de mosquiteiros impregnados com inseticida de longa duração para o controle da malária em 47 Municípios da Região Amazônica.
- Redução de 26% no número de óbitos e de 40% nos casos graves por dengue em 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010.
- 18 Laboratórios Centrais de Saúde Pública e 2 Laboratórios de Referência (IEC e Fiocruz) realizaram isolamento viral para identificação de subtipos de dengue, e identificaram que o sorotipo 1 continua sendo predominante no país, identificado em 84% das amostras com isolamento viral positivo. Estão sendo introduzidas novas metodologias e tecnologias para minimizar o impacto da doença sobre a população.

**2ª. Diretriz: Prevenção e controle de riscos à saúde decorrentes da produção e do consumo de bens e serviços.**

- Redução em 36% do tempo da primeira manifestação para o registro de medicamentos de doenças órfãs e negligenciadas que fazem parte de programas estratégicos de Governo (leishmaniose, malária, hanseníase, doença de chagas e tuberculose) e de vacinas que integram o calendário do programa nacional de imunização.
- Aprovação de 164 registros de medicamentos genéricos, sendo 12 moléculas inéditas incluindo drogas para o tratamento do câncer-leucemia, diabetes e hipertensão.
- Realização de 187.199 fiscalizações relativas à vigilância sanitária em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados dentre as quais se destacam: Inspeções em infraestrutura de transporte (aeronaves e embarcações); lanchonetes; restaurantes; comissárias, terminais de carga, centro de atendimento médico; sistema de climatização; reservatórios; área de armazenamento de resíduos sólidos; rede coletora e sistemas de águas residuais; Análises técnicas concluídas relacionadas à Autorização de Funcionamento de Empresas (RDC 345; RDC 346; RDC 61); Intervenções deferidas e indeferidas de Licença de Importação e Licença Simplificada de Importação.
- Inspeccionadas 18.484 embarcações; 72.468 aeronaves; 36.419 meios de transporte terrestre; 11.901 empresas prestadoras de bens e serviços sob vigilância sanitária; 35.541 áreas portuárias e aeroportuárias; e 313.240 produtos sob vigilância sanitária importados.

- Com a finalidade de proteger a saúde dos viajantes em trânsito pelas áreas portuárias, aeroportuárias e de fronteiras, monitorando a segurança sanitária das pessoas que entram e saem do País, no ano em pauta, foram atendidos 257 mil viajantes e fornecidas informações a 294 mil usuários do Sistema de Informação de Portos, Aeroportos e Fronteiras.
- Foram emitidos 5.229 laudos referentes à análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde. Tais documentos referem-se às especificações técnicas sobre a qualidade de amostras de alimentos, medicamentos, soros, vacinas, saneantes domissanitários, artigos e insumos de saúde, sangue e hemoderivados, cosméticos, conjuntos e reagentes diagnósticos e artigos e insumos para diálise.

## B) 2º objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011

### 1. Objetivos, Diretrizes e Metas do PNS 2008-2011

**1º Recorte:** *Condições de saúde da população.*

**2º Objetivo:** *Ampliar o acesso da população aos serviços e promover a qualidade, a integralidade, a equidade e a humanização na atenção à saúde.*

#### **Diretrizes**

*3ª Aperfeiçoamento e ampliação da atenção básica de saúde.*

*4ª Ampliação do acesso e aperfeiçoamento da assistência ambulatorial e hospitalar especializada.*

*5ª Implementação da assistência farmacêutica e suprimento de outros insumos estratégicos.*

*6ª Aperfeiçoamento da assistência no âmbito da saúde suplementar.*

*7ª Aperfeiçoamento da atenção a segmentos populacionais vulneráveis e das intervenções específicas.*

#### **Metas**

1. *Ampliar o número de equipes de saúde da família, passando de 27 mil equipes em 2007 para 40 mil até 2011.*
2. *Ampliar a cobertura populacional da estratégia de saúde da família nos municípios com mais de 100 mil habitantes, passando de 34% em 2007 para 37% até 2011.*
3. *Ampliar o número de agentes comunitários de saúde, passando de 225 mil agentes em 2007 para 240 mil até 2011.*
4. *Ampliar o número de equipes de saúde bucal, passando de 16.500 equipes em 2007 para 24 mil até 2011.*
5. *Implantar 1.500 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), até 2011.*
6. *Promover a atenção integral à saúde de 26 milhões de escolares matriculados em escolas públicas, a partir do Programa Saúde na Escola (PSE) até 2011.*
7. *Implantar em 250 municípios do Nordeste e da Amazônia Legal a política "Brasileirinhos Saudáveis" até 2011.*
8. *Ampliar a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, passando de 4,9% em 2007 para 10% até 2011.*
9. *Apoiar tecnicamente serviços de humanização do SUS, passando de 80 serviços apoiados em 2007 para 240 até 2011.*
10. *Implantar 500 Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) até 2011.*
11. *Ampliar o número de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), passando a cobertura de 50% (2007) para 100 % até 2010.*
12. *Estruturar as 27 redes estaduais de urgência e emergência até 2011.*
13. *Ampliar o número de transplantes realizados, passando de 11.180 em 2007 para 15.800 até 2011.*
14. *Organizar e implementar a rede de serviços de terapia renal substitutiva em 366 unidades do SUS, passando de 569 unidades em 2007 para 935 até 2011.*
15. *Organizar e implementar a rede de serviços traumatologia-ortopedia em 186 unidades do SUS, passando de 82 unidades para 268 até 2011.*
16. *Habilitar 6.370 novos leitos para terapia intensiva e semi-intensiva, passando de 12.167 leitos SUS em 2007 para 18.537 até 2011.*
17. *Implantar a rede nacional de alerta e respostas às emergências em saúde (Rede CievS), com 55 unidades estaduais e em capitais, uma unidade de referência nacional e uma unidade para atendimento ao Mercosul, até 2011.*
18. *Credenciar 17 mil farmácias populares até 2011.*

19. Ampliar o número de farmácias da rede própria do programa Farmácia Popular do Brasil, passando de 300 farmácias em 2007 para 600 farmácias até 2011.
20. Ampliar o número de medicamentos do programa Aqui Tem Farmácia Popular, passando de 9 em 2007 para 16 até 2010, com a inclusão da insulina regular, dois medicamentos para asma e dois para osteoporose.
21. Ampliar o número de medicamentos produzidos pelos laboratórios oficiais de medicamentos, a partir de parcerias de desenvolvimento produtivo, passando a contar com 35 novos medicamentos até 2011.
22. Tornar disponíveis 540.000.000 UI/ano de fator VIII para atendimento aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias.
23. Implantar testes de biologia molecular para detecção de HIV e HCV em 100% das bolsas de sangue coletadas na hemorrede nacional, até 2011.
24. Fomentar a realização de 10 testes de equivalência e bioequivalência por ano, por intermédio da Reqbio, até 2011.
25. Atender a 60% da demanda por vacinas do Programa Nacional de Imunizações (PNI) via produtores públicos até 2011.
26. Reduzir a mortalidade neonatal, passando de 13,2/mil em 2007 para 11,9/mil até 2011.
27. Reduzir a mortalidade infantil de 19,3/mil em 2007 para 16,1/mil até 2011.
28. Reduzir a mortalidade infantil em indígenas, passando de 48/mil em 2007 para 39/mil até 2011.
29. Aumentar a prevalência do aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida, passando de 40% em 2007 para 50% até 2011.
30. Reduzir a desnutrição energético-protéica (déficit ponderal) entre crianças menores de cinco anos de idade, passando de 5,8% em 2007 para 4,0% até 2011.
31. Manter a eliminação virtual dos distúrbios por deficiência de iodo (DDI) em todo território nacional (< 5% da população).
32. Reduzir a anemia ferropriva em mulheres em idade fértil de 29% para 24% e em crianças menores de dois anos de idade de 24% para 19%.
33. Ampliar o número de consultas para a prevenção e/ou diagnóstico de patologias do trato genital masculino e de cânceres de próstata, vesícula seminal, uretra, bolsa escrotal, testículos e pênis, passando de 121.400 consultas em 2007 para 252 mil até 2011.
34. Vacinar contra a gripe, anualmente, 80% da população com 60 anos ou mais de idade.
35. Capacitar 65.800 pessoas como cuidadores de idosos até 2011.
36. Implantar 500 equipes de internação domiciliar até 2011.
37. Implantar oito Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) até 2011.
38. Ampliar o número de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), passando de 550 centros em 2007 para 950 até 2011.
39. Implantar cinco centros de reabilitação de deformidades crânio-faciais até 2011.
40. Ampliar o número de Centros de Atenção Psicossocial (Caps), passando de 1.411 Centros em 2007 para 1.841 até 2011.
41. Ampliar o número de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, passando de 150 Centros em 2007 para 290 até 2011.
42. Aumentar em 15% ao ano o número de notificações dos agravos relativos à saúde do trabalhador, passando de 36.536 em 2007, para 42.016 em 2011.

## **2. Ações e resultados alcançados**

### ***3ª. Diretriz: Aperfeiçoamento e ampliação da atenção básica de saúde.***

- Em 2011 o valor do piso da atenção básica (PAB) fixo variou entre um mínimo de R\$18,00 e máximo de R\$ 23,00 per capita para utilização na Atenção Básica a Saúde da população, levando em consideração as disparidades regionais.
- Implantação de 559 novas equipes de saúde da família (ESF), totalizando 32.295 equipes em 5.285 municípios, com cobertura de 54% da população brasileira, o que corresponde a cerca de mais de 100 milhões de pessoas. (a lista completa dos municípios beneficiados está disponível em - Ações em Saúde / Saúde da Família).
- Ampliação da cobertura populacional da estratégia de saúde da família nos municípios brasileiros, passando de 52,75% em 2010 para 53,41% em 2011.
- Inserção de 5.724 novos agentes comunitários de saúde (ACS), totalizando 250,6 mil ACS em 5.404 municípios, que acompanham cerca de 122,1 milhões de pessoas, o que representa 63,1% da população brasileira. (a lista completa dos municípios beneficiados está disponível em [www.saude.gov.br/saladesituacao](http://www.saude.gov.br/saladesituacao) - Ações em Saúde / ACS).
- Implantação de 984 novas equipes de saúde bucal, totalizando 21.425 equipes em 4.833 municípios, cobrindo 40% da população brasileira, o que corresponde cerca de mais de 65 milhões de pessoas acompanhadas.
- Implantação de 232 núcleos de apoio à saúde da família – Nasf - que tem como objetivo ampliar o atendimento e promover a qualidade dos serviços do SUS oferecidos aos usuários da atenção básica, totalizando 1.564 núcleos.
- Em 2011, foi lançado, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com finalidade de fornecer apoio financeiro para a reforma e reestruturação dessas unidades. Foram cadastradas 4.375 propostas para reforma de UBS, sendo 472 com previsão de ampliação de capacidade de atendimento.
- Foram construídas 3.949 novas UBS, com uma cobertura populacional de 85,58% e foram reformadas 5.252 UBS. Ainda em 2011, foram construídas 15 unidades de UBS fluviais.
- Implantação do programa Melhor em Casa, com 209 equipes cadastradas, 149 equipes de atenção domiciliar e 60 equipes de apoio com o objetivo de ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS. Cada equipe multidisciplinar é formada prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e fisioterapeutas e poderá atender, em média, 60 pacientes por mês. O objetivo é levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica.

- Outra iniciativa institucionalizada em 2011 e com expectativa de resultados para 2012 é a isenção da tarifa de luz para pacientes em tratamento domiciliar que precisarem de equipamentos que necessitam de energia elétrica. A isenção será pelo período em que o paciente necessitar dos equipamentos.

**4ª. Diretriz: Ampliação do acesso e aperfeiçoamento da assistência ambulatorial e hospitalar especializada.**

- Realização de 155.025 mil atendimentos no Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia/Into (de internação, de triagem, ortopédicos e cirúrgicos, médicos complementares, multidisciplinares - referentes aos atendimentos de outros profissionais de nível superior e Visita Domiciliar), ultrapassando a previsão inicial de 136.405 com atendimento total da meta para o ano.
- Realização de 128.044 procedimentos no Instituto Nacional de Cardiologia (INC), ultrapassando a previsão inicial de 125 mil.
- Realização de 72.442 cirurgias nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde:

Hospital	Procedimentos realizados
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. – CONCEIÇÃO	18.404 cirurgias
Hospital Cristo Redentor S.A. – REDENTOR	6.772 cirurgias
Hospital Fêmina S.A. – FÊMINA	6.876 cirurgias
Hospital Geral dos Servidores – RJ	8.320 cirurgias
Hospital Geral de Bonsucesso – RJ	10.062 cirurgias
Hospital Geral de Jacarepaguá – RJ	3.178 cirurgias
Hospital Geral de Ipanema – RJ	5.966 cirurgias
Hospital Geral do Andaraí – RJ	6.047 cirurgias
Hospital Geral da Lagoa – RJ	6.817 cirurgias

Fonte: SIGPLAN

- Realização dos seguintes procedimentos nos hospitais do Grupo Hospitalar Conceição:

Hospital	Partos	Internações	Consultas	Exames
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	4.701	29.403	831.923	3.108.301

Hospital Cristo Redentor S.A.	-	6.921	188.950	215.868
Hospital Fêmeina S.A.	4.691	13.889	124.154	222.410

- Aprovação das diretrizes para a elaboração da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases) e constituição de grupo de trabalho para a revisão da política nacional de regulação, fortalecendo os mecanismos de regulação e de programação nas redes de atenção à saúde, no âmbito da assistência ambulatorial e hospitalar, onde concentra-se a atenção especializada de média e alta complexidade.
- No exercício em foco foram realizadas mais de 11 milhões de internações, mais de 307 mil cirurgias eletivas e mais de um bilhão de consultas especializadas.
- Realização de 208.500 procedimentos à saúde das populações ribeirinhas da Região Amazônica mediante cooperação com a Marinha do Brasil, ultrapassando a meta estabelecida para a cooperação
- 6 CACON em fase de implementação.
- Em 2011 a política nacional de assistência oncológica avançou no sentido da prevenção por meio de iniciativas voltadas para a qualificação dos investimentos na área, na efetivação de força tarefa que realizou levantamento da situação dos mamógrafos em todo o território nacional possibilitando a reorientação dos investimentos nesse tipo de equipamento. Foram também mobilizados esforços em ações de prevenção ao tabagismo com finalidade de avançar na taxa de cessação do contato dos fumantes com o tabaco. Foram realizadas cerca de 78 mil cirurgias oncológicas, mais de 2 milhões de tratamentos com quimioterapia e 8,5 milhões com radioterapia.
- Em 2011 SAMU 192 alcançou uma cobertura de mais de 114 milhões de pessoas em 1.720 Municípios, correspondendo a cerca de 59% da população. Para alcançar este desempenho, contou com 1.931 ambulâncias, 92 motolâncias e 163 centrais de regulação.
- A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências, no ano em foco, passou por uma revisão o que determinou novos direcionamentos a essa linha de ação. Em consequência, foi lançado o Programa SOS Emergência com definição de 11 portas de entrada hospitalares prioritárias para acompanhamento
- Inauguração de 31 novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e habilitação de 117 UPAs, totalizando 650 Unidades de Pronto Atendimento habilitadas e 145 Unidades em funcionamento.

**5ª. Diretriz: Implementação da assistência farmacêutica e suprimento de outros insumos estratégicos.**

- O Consumo Médio Mensal na rede pública brasileira está em cerca de 1.200.000 frascos de 10 ml para a Insulina NPH e de 115 mil frascos de 10 ml para a Insulina Regular.
- Realização de 109 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH)
- Para garantir a assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos, foram capacitados 2 mil farmacêuticos em Gestão da Assistência Farmacêutica em Fitoterapia e apoiados 15 Municípios, com aquisição de materiais e equipamentos para farmácias e custeio para capacitação de profissionais de saúde.
- Funcionamento da Comissão Técnica e Multidisciplinar de Elaboração e Atualização da Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (COMAFITO).
- Conclusão do laboratório para a produção da cola de fibrina líquida (HEMOPE), com instalações físicas adequadas, equipamentos e materiais instalados e qualificados, pessoal contratado e treinado, planilha de custos elaborada, plano de distribuição do produto encaminhado para o MS, processo de produção e dos turnos de trabalho definidos, sistema informatizado de produção implantado, processo da Licença de funcionamento do Laboratório (Alvará Sanitário) junto à Apevisa concluído com validade até maio de 2012. O registro do produto está em fase de conclusão e o Relatório de Validação do Produto está previsto para o 1º bimestre de 2012. A execução física foi concluída, condicionada somente a autorização de funcionamento permanente da Anvisa.
- Implantação de 8 novas farmácias públicas do Programa Farmácia Popular, totalizando 554 farmácias mantidas.
- Credenciamento de 6.222 farmácias e drogas no âmbito do Programa Farmácia Popular, totalizando 20.225 farmácias em 3.257 municípios brasileiros.
- Realização de 29.048 milhões de atendimentos no programa Farmácia Popular e Saúde Não Tem Preço.
- Garantia da gratuidade de medicamentos indicados para 2.697.152 pacientes em tratamento da hipertensão e 990.453 em tratamento de diabetes, o que representa crescimento anual de 309% de hipertensos e 223% de diabéticos atendidos pelo “Saúde Não Tem Preço” no Programa “Aqui Tem Farmácia Popular”.
- Aquisição e distribuição de 382 milhões de medicamentos para os programas de controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de chagas e outras doenças endêmicas de abrangência nacional ou regional.
- Disponibilização de medicamentos do coquetel de combate ao HIV/Aids aos 217 mil pacientes que vivem com Aids no País.

- Implantação do Hórus - Sistema Nacional de Gestão de Assistência Farmacêutica em Estados e Municípios, com adesão de 24 Estados ao sistema e capacitação em 100 municípios e nos 24 estados.

**6ª. Diretriz: Aperfeiçoamento da atenção à saúde no âmbito da Saúde Suplementar.**

- Foram solucionadas 18.220 demandas passíveis de reparação voluntária e eficaz, denotando a mediação e solução dos conflitos entre operadores e beneficiários relacionados ao Programa de Qualificação da Saúde Suplementar.
- No que se refere ao incentivo à concorrência, foram ampliadas as regras de mobilidade com portabilidade de carências e fortalecida a articulação com sistema brasileiro de defesa da concorrência para identificação de mercados concentrados.
- Regulamentação de Regras de Adaptação/Migração dos contratos antigos, ou seja, anteriores à legislação de 1998.
- Ações de publicidade da ANS nos principais jornais e revistas do Brasil, com fins de informar qual o papel da Agência e os direitos que a regulação garante aos beneficiários de planos de saúde.
- Publicação da legislação da incorporação tecnológica e de medicamentos e da intensificação dos ressarcimentos pelos planos de saúde, gerando a reintegração ao SUS de R\$ 82,09 milhões.
- Firmado acordo de cooperação entre o Inmetro e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para desenvolvimento de programa voluntário de certificação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (OPS).

**7ª. Diretriz: Aperfeiçoamento da atenção a segmentos populacionais vulneráveis e das intervenções específicas.**

- Foram assinados 2.271 termos de compromisso municipais do Programa Saúde na Escola – PSE.
- Atualmente participam do Programa cerca de 1.253 municípios, o que corresponde a um total de 8 mil Equipes de Saúde desenvolvendo as ações do programa, em parceria com as equipes de 36.892 mil escolas. Isto representa a ampliação da cobertura para cerca de 8.502.412 de estudantes em todo o Brasil.
- Concessão de incentivo financeiro do Programa Saúde na Escola (PSE) a 2.271 municípios, sendo 1.298 componentes do mapa da miséria.
- Realização de acordos de cooperação técnica com Guiné-Bissau e UNFPA (Sul-Sul), sobre o fortalecimento e capacitação técnica das instituições de saúde para atendimento

às mulheres e adolescentes vítimas de violência baseada em gênero e promoção da saúde.

- Implantação de 23 centros de parto normal e 17 casas da gestante e do bebê
- Edição da Medida Provisória nº 557, que instituiu o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera, para Prevenção da Mortalidade Materna, com o objetivo de auxiliar o seu deslocamento e seu acesso às ações e aos serviços de saúde relativos ao acompanhamento do pré-natal e assistência ao parto.
- Adequação da ambiência ao parto e ao nascimento foram implementados em 41 maternidades.
- Construção de 9 maternidades.
- Adesão de 9 estados à Rede Cegonha (PA, AL, SE, BA, PE, MG, SP, RJ e RS), com a participação de 800 municípios e cobertura de 600.000 gestantes
- Aquisição de kits compostos de 4.384 balanças e 4.866 detectores de batimento fetal, além de 1.680 kits para parteiras e 200 mil kits com bolsa e trocador para serem entregues às gestantes.
- Implantação da prática de testes rápidos para sífilis e HIV nas UBS.
- Aquisição de 4 milhões de testes rápidos de HIV, o que representou um aumento de 163% em relação a 2010.
- Realização de 8,9 milhões de exames citopatológicos, preventivos de câncer de colo de útero na faixa etária prioritária para o rastreamento, de 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, além da capacitação de 140 técnicos em radiologia para dar suporte a essa linha de atuação.
- Estruturação de cinco laboratórios de citologia de colo de útero em áreas identificadas como de maior necessidade, com prioridade para os Estados do Amazonas, Pará, Roraima e Pernambuco.
- Conscientização sobre a necessidade de realização de exames periódicos e melhoria ao acesso da população do sexo masculino ao diagnóstico de doenças e agravos.
- Expansão da política de saúde do homem para Municípios que ainda não contavam com a sua cobertura, para homens na faixa etária dos 20 aos 59 anos.
- Implementação junto aos municípios da caderneta de Saúde da Pessoa Idosa.
- Lançamento de Campanha Nacional de Prevenção da Osteoporose.
- Habilitação de nove novos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), sendo três no Paraná, dois no Espírito Santo, um no Rio de Janeiro, um em Roraima, um em Minas Gerais e um no Pará, totalizando 199 Centros no país. Além disso, houve a habilitação de dez novos Cerest voltados prioritariamente para a população rural.
- Realização de 1,3 mil atendimentos nas unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiências física, auditiva e intelectual.

- Lançamento do Programa Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que inclui os componentes de acesso à educação.
- Realização de 16 milhões de procedimentos de reabilitação e inclusão da concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção nas modalidades de física, auditiva, intelectual, visual e ostomia.
- Atuação de 262 equipes de saúde em estabelecimentos prisionais.

### **Saúde mental**

- Apoio aos 27 entes federativos no processo de implantação de serviços da rede extra-hospitalar de saúde mental.
- Implantação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS em 07 municípios com concentração de risco (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre e Brasília).
- Implantação de 278 novos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) específicos para tratar as questões de saúde mental, álcool e outras drogas e apoio especializado às equipes de Saúde da Família para a atenção aos problemas de saúde mental;
- Ampliação de acesso e a qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas e aos seus familiares. Tem como estratégias a oferta de cuidados básicos em saúde mental, a expansão dos consultórios na rua com equipe multidisciplinar volante e a ampliação de ações de prevenção, redução de danos e promoção de saúde, além de campanhas de prevenção da dependência de drogas.
- Ajuda de custo a 3.950 participantes em recuperação domiciliar integrantes do Programa De Volta para Casa.

### **Alimentação e nutrição**

- Aperfeiçoamento da ferramenta Sisvanweb para atender melhor as demandas dos usuários do sistema. ([http://nutricao.saude.gov.br/sisvan.php?conteudo=boletim\\_sisvan](http://nutricao.saude.gov.br/sisvan.php?conteudo=boletim_sisvan))
- Para manter a eliminação virtual dos distúrbios por deficiência de iodo (DDI) em todo território nacional, destaca-se a política de iodação do sal no país, que vem sendo implementada desde da década de 50 e é monitorada pela ANVISA.
- Assinatura pelo Ministério e indústria alimentícia de nova fase do acordo que prevê a redução gradual de sódio em 16 categorias de alimentos
- Apoio aos 27 entes da federação nas ações intersetoriais com vista ao acesso universal aos alimentos; monitoramento da situação alimentar e nutricional durante as fases do curso da vida (focalizando as famílias beneficiárias do programa bolsa família), promoção de práticas alimentares e educação alimentar e nutricional da rede de saúde; prevenção e

controle dos distúrbios nutricionais carências com a suplementação de micronutrientes e de doenças associadas à alimentação e nutrição, e a obesidade.

### **Saúde bucal**

- Implantação de 51 novos Centros de Especialidades Odontológicas/CEO. Entre 2004 e 2011, foram implantados 882 CEO em 737 Municípios, beneficiando cerca de 98 milhões de pessoas.
- Implantação de 36 laboratórios de Prótese Dentária, passando de 780 em 2010 para 816 em 2011.
- Aumento do repasse pago por prótese para os Municípios, passando de R\$ 60 para R\$ 100.
- Implantação de 336 novos consultórios odontológicos.
- Aquisição de 100 novas Unidades Odontológicas Móveis, cujo objetivo é oferecer Saúde Bucal às populações com dificuldade de acesso aos serviços, como é o caso das populações rurais.
- Distribuição de 229,5 mil próteses dentárias.
- Implantação de 984 novas equipes de saúde bucal, totalizando 21.425 equipes em 4.833 municípios, cobrindo 40% da população brasileira, o que corresponde cerca de mais de 65 milhões de pessoas acompanhadas.
- Realização de ações de saúde bucal beneficiando 71 mil indígenas

## C) 3º Objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011

### 1. Objetivos, Diretrizes e Metas do PNS 2008-2011

**2º Recorte:** *Determinantes e condicionantes de saúde.*

**Objetivo 3:** *Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle de determinantes e condicionantes da saúde da população.*

#### Diretrizes

*8ª Desenvolvimento e fortalecimento da promoção da saúde.*

*9ª Implementação da ciência, tecnologia e inovação no complexo da saúde.*

#### Metas

1. *Reduzir a taxa de prevalência de fumantes nas capitais, passando de 16,2% em 2006 para 12,2% até 2011.*
2. *Implantar projetos de atividades físicas em 1.000 municípios (incluindo todas as capitais) até 2011.*
3. *Reduzir a prevalência de obesidade na população adulta, passando de 14,3% em 2007 para 13,8% até 2011.*
4. *Ampliar a taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano nos municípios com mais de 100 mil habitantes, passando de 20% em 2007 para 60% até 2011.*

### 2. Ações e resultados alcançados

#### **8ª. Diretriz: Desenvolvimento e fortalecimento da promoção da saúde.**

- Atendimento a cerca de 153 mil fumantes em 2.305 unidades de saúde da rede SUS em 938 municípios. A taxa de cessação foi de 60%, após 4 semanas de tratamento.
- Financiamento de ações de promoção da atividade física em 415 municípios.
- Seleção para implantação de 1.772 unidades de Academia da Saúde que serão distribuídas em todo território nacional, buscando incentivar a realização de atividade física e práticas corporais, em articulação com a Atenção Básica de Saúde.
- Apoio a 580 Municípios para desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de violência e acidente de trânsito.
- Implantação do Projeto Vida no Trânsito em cinco capitais brasileiras dentro do Projeto Global Segurança no Trânsito implantado em 10 países.
- Elaboração e divulgação do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (2011-2022), o qual foi apresentado na Assembleia Geral da ONU.

- Com relação ao abastecimento de água em áreas indígenas, em 2011, foram iniciadas 91 obras de implantações e 56 reformas/ampliações.
- Aprimoramento do controle da qualidade da água para redução da morbimortalidade por doenças de transmissão hídrica, especialmente as diarreias. Foram apoiados 15 laboratórios de Consórcios Públicos; 445 Municípios com capacitação, análises laboratoriais e assistência técnica; realizadas 3.000 análises da água, referentes a 91 aldeias indígenas, 27.363 exames físico químicos, bacteriológicos e cianobactérias, em apoio aos Estados e Municípios; apoiados 14 Municípios atingidos por enchentes nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco; além de adquiridas 13 Unidades Móveis de Controle da Qualidade da Água e de equipamentos para 11 laboratórios de Controle da Qualidade da Água.
- Definição dos padrões de potabilidade da água para consumo humano por meio da Vigilância em Saúde Ambiental. Dentro dos parâmetros determinados, verificou-se o aumento do número de municípios realizando vigilância da qualidade da água para consumo humano de 87%, em 2010, para 89%, em outubro de 2011 e a diminuição da subnotificação das intoxicações por agrotóxicos de 7.277, em 2009 para 2.107
- Atuação interministerial na prevenção da violência doméstica, sexual ou outras violências. Como reflexo, houve a ampliação do número de municípios que vem realizando notificação nesse campo de 26,9%, em 2010 para 32%, em 2011.

**9ª. Diretriz: Implementação da ciência, tecnologia e inovação no complexo da saúde.**

- Execução física de 21,11% do projeto de implantação do novo complexo do INTO no estado do Rio de Janeiro.
- Celebração de 333 convênios com estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos para estruturação de serviços de atenção às urgências e emergências
- Aprovadas em 2011 oito parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), totalizando 32 parcerias implementadas, representando uma expectativa de economia anual de R\$400 milhões para os cofres públicos.
- Apoio à estruturação de pólos regionais de produção e inovação em saúde, entre eles a fábrica de preservativos em Xapuri (AC) e Bahiafarma(BA).
- Elaboração, juntamente com a ANVISA, de três números do Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde (BRATS).
- Desenvolvimento e implantação do sistema de ética em pesquisa com seres humanos, Plataforma Brasil, que opera em articulação com o Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec)
- Apoio a 41 projetos de eventos públicos de disseminação de conhecimento.

- Em 2011 o Brasil assumiu a responsabilidade de viabilizar a produção local para abastecimento mundial do medicamento e fármaco para doença de Chagas –Benzonidazol -, tendo em vista que o único produtor existente retirou esse produto do mercado.
- Instituída a REDEFAC (Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer) com o objetivo de articular projetos de desenvolvimento de fármacos na área de oncologia, com abrangência da etapa laboratorial até a de testagem. A proposta da Rede é estabelecer uma plataforma gerencial que permita o acesso às novas tecnologias farmacêuticas nacionais de origem pública e viabilizar o uso clínico e a exploração comercial dessas inovações.
- Implementado marco legal da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS
- Firmados três acordos de cooperação técnico-científica para o fomento laboratórios públicos (Butantã, Bahiafarma e Hemobrás).
- Realização de estudos de avaliação de tecnologias em saúde, instrumentando o processo decisório no SUS: 39 notas técnicas de revisão rápida; 15 pareceres técnicos científicos;

## D) 4º objetivo do PNS 2008-2011, ações e resultados alcançados em 2011

### 1. Objetivos, Diretrizes e Metas do PNS 2008-2011

#### **3º Recorte:** *Gestão em saúde*

**Objetivo 4:** *Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população.*

#### **Diretrizes**

- 10ª Aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão do SUS.*
- 11ª Ampliação e fortalecimento da participação e do controle social.*
- 12ª Fortalecimento da cooperação internacional.*

#### **Metas**

- 1. Promover a especialização de 52.000 profissionais de nível superior das equipes de saúde da família, por intermédio da universidade aberta de educação permanente em saúde, do Telessaúde e programas de especialização e residências até 2011.*
- 2. Capacitar 260.000 técnicos nas áreas de: radiologia, patologia clínica e citotécnico, hemoterapia; manutenção de equipamentos, higiene dental/auxiliar de consultório dentário, prótese dentária, agente comunitário de saúde (formação inicial), vigilância em saúde, enfermagem e cuidadores para pessoas idosas até 2011.*
- 3. Qualificar 110 mil profissionais que exercem função de gestão ou gerência nas esferas federal, estadual e municipal do SUS até 2011.*
- 4. Implantar ouvidorias nas 27 UF, em 26 capitais e em 140 municípios até 2011.*
- 5. Formar 5.000 lideranças de movimentos sociais sobre os determinantes sociais da saúde e o direito à saúde até 2011.*
- 6. Promover a formação de 100 mil conselheiros para o controle social até 2011.*
- 7. Ampliar o número de Colegiados de Gestão Regional intra-estaduais implantados, passando de 304 Colegiados em 2007 para 453 até 2011.*
- 8. Implantar conselhos de gestão participativa em 10 estados até 2011.*
- 9. Promover a criação e o funcionamento de Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador (Cist) nos Conselhos de Saúde de todos os municípios brasileiros, iniciando com a meta de implantação em 25% dos municípios no primeiro ano e aumentos anuais de 25%.*
- 10. Promover a elaboração e aprovação do Plano de Saúde junto aos Conselhos Municipais de Saúde em 100 % dos municípios até 2011.*
- 11. Promover a formulação e definição da política nacional de informação em saúde até 2011.*
- 12. Expandir o Cartão Nacional de Saúde (CNS), unificando nacionalmente as diversas bases existentes até 2011.*

## **2. Ações e resultados alcançados**

### ***10ª. Diretriz: Aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão do SUS.***

- Regulamentação da Lei nº 8.080 (Decreto nº 7.508/2011) com o estabelecimento do Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP que define responsabilidades aos entes federativos com relação às ações e serviços de saúde.
- Lançamento do Portal da Saúde com mais Transparência, em parceria com a CGU, em 30 de novembro de 2011.
- Criação do Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - IDSUS, cujo intuito é o de permitir uma aferição contextualizada do desempenho do sistema de Saúde quanto ao acesso e à qualidade da atenção básica; atenção ambulatorial e hospitalar; e urgência e emergência em cada município brasileiro, estado, região, bem como na esfera nacional.
- Parceria com Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG para aprimorar a gestão na Anvisa, Funasa e no setor de compras do MS, visando reduzir os gastos com insumos estratégicos, e o tempo entre a solicitação e a publicação do registro de medicamentos.
- Economia de R\$ 1,7 bilhão na compra de medicamentos e insumos, com medidas como compra centralizada, negociação direta de fornecedores, adoção de preços internacionais, dentre outras.
- Capacitação de 3.986 profissionais de saúde em atuação no SUS e apoio com financiamento federal a cerca de 65.000 profissionais de saúde atuando em Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.
- Pactuação com estados e municípios para a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, a serem aplicados na Política de Educação Permanente, que irá beneficiar 157 mil profissionais.
- 138.416 bolsas de estudo para profissionais de saúde em nível de graduação e pós-graduação, em áreas estratégicas para o SUS.
- Fornecida capacitação de gestores, beneficiando 40.582 profissionais; ministrado um curso não presencial, beneficiando 1.000 profissionais; e apoiados três projetos da Universidade Aberta do SUS, beneficiando 3.000 profissionais.
- Apoio à formação de médicos residentes, beneficiando 15.600 profissionais; apoio a cinco cursos de matriciamento do Programa Pró-Residência, beneficiando 30 profissionais; apoio a 41 cursos específicos a determinados procedimentos, beneficiando 3.518 profissionais; e apoio a programas de residência médica nas Regiões Norte e Nordeste, beneficiando 710 profissionais.
- 1.600 profissionais beneficiadas pela complementação do Curso de Capacitação para as Parteiras do Estado do Amapá.

- Realizado o Prêmio INOVASUS para valorização de práticas inovadoras de gestão do trabalho em saúde, com 262 iniciativas inscritas.
- Entregues à população 8.091.000 cartões (com mídias do Cartão Nacional de Saúde - fase 1), com distribuição em 260 Municípios.

**11ª. Diretriz: Ampliação e fortalecimento da participação e do controle social**

- Realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde.
- formação permanente de conselheiros e de lideranças sociais do setor saúde em todo o Brasil, tendo sido capacitadas, de forma descentralizada, 43.690 pessoas.
- Capacitação de 12.595 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em saúde inerentes à cidadania e de 2.057 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em saúde para populações em condições de vulnerabilidade.
- Foram distribuídos para todos os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde 684 computadores adicionais, 853 aparelhos de TV e 853 antenas parabólicas. Esses equipamentos permitem a exibição diária do Canal Saúde e o acompanhamento de informações imprescindíveis ao exercício do controle social e democrático pelos conselheiros.
- Implantação do tridígito 136 na Ouvidoria do SUS em todo o território nacional com a realização de 7.542.815 informações à população, buscando assim, integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS.
- Implementadas 119 áreas de auditoria no Sistema Nacional de Auditoria – SNA.
- Encerradas 1.360 ações de auditorias, dessas 1.001 geraram pedido de recuperação de R\$ 210,8 milhões.

### III. Observações e considerações finais

Os avanços alcançados nos últimos anos no campo da saúde são explicitados pela contribuição setorial para a queda da taxa de mortalidade infantil de 47 por mil nascidos vivos em 1990 para 22,47 por mil nascidos vivos em 2009 e pela elevação da expectativa de vida ao nascer, de ambos os sexos, de 66,9 anos em 1991 para 73,5 anos, em 2010, o que aponta 6,6 anos de crescimento em quase 10 anos. O Governo Federal atua na operacionalização de ações e serviços de saúde com responsabilidade constitucional compartilhada com Estados e Municípios e participação da sociedade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

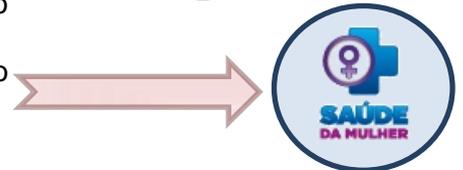
Em 2011, o MS passou por um importante período de transição. A gestão do Ministro Alexandre Padilha trouxe iniciativas e prioridades que dão continuidade e diversos programas já existentes, mas também apresentam inovações em relação a 2010. Uma destas inovações foi a elaboração do Planejamento Estratégico – PE - do Ministério da Saúde, elaborado com a participação dos dirigentes e apresentado ao corpo técnico no 1º trimestre de 2011. Composto por 16 objetivos, o PE guarda coerência com o PPA e o PNS 2012-2015. Entretanto, cabe ressaltar que este RAG, por apresentar os resultados de 2011, último ano de vigência do Plano anterior (2008-2011), acompanhou sua estrutura básica, com 4 objetivos e 11 diretrizes.

O ano foi marcado pela estruturação da ação do Ministério em cinco grandes programas:

**Saúde Mais Perto de Você** – Reúne as ações voltadas ao aprimoramento da Atenção Básica



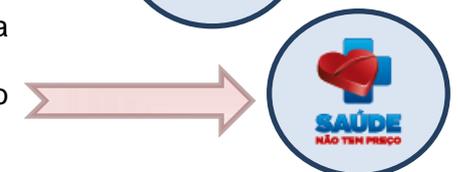
**Saúde da Mulher** – Atenção à Mulher, com foco na Rede Cegonha e na prevenção e tratamento do câncer de colo de útero e mama



**Saúde Toda Hora** – Organiza a Rede de Atenção às Urgências - RAU



**Saúde Não Tem Preço** – Assistência Farmacêutica, incluindo os componentes gratuito e subsidiado



**Saúde: Conte com a Gente** – Foco na atenção em Saúde Mental



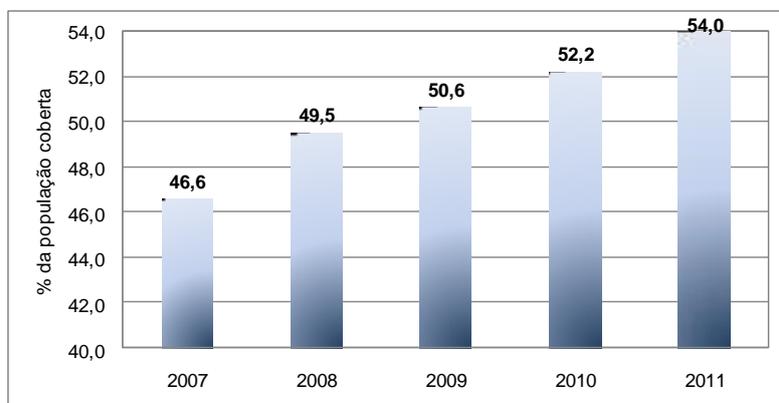
O Ministério da Saúde continua priorizando a Atenção Básica, com foco na melhoria da qualidade e do acesso aos serviços públicos de saúde. Entre 2008 e 2011, enquanto o orçamento empenhado pelo MS na função Saúde aumentou em 44%, na Atenção Básica o aumento foi de 52%.

Algumas ações estruturantes na AB podem ser destacadas. O Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade – PMAQ – permitirá o acompanhamento e a avaliação das equipes de atenção básica, possibilitando a remuneração por desempenho. O Programa Saúde na Escola, por sua vez, é uma importante estratégia de integração entre saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas brasileiras; em 2011, . 2.271 termos de compromisso municipais foram assinados.

As Unidades Básicas de Saúde – UBS – também foram priorizadas, totalizando mais de 5.464 unidades em processo de construção, reforma ou ampliação. Outra ação importante refere-se às equipes de atenção domiciliar, com quase 150 equipes cadastradas.

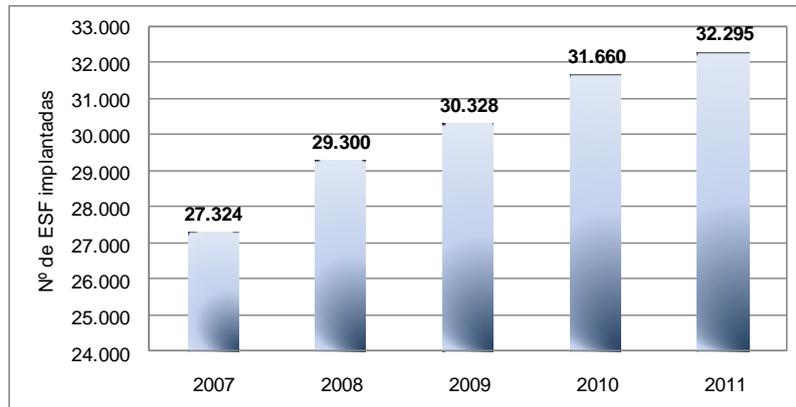
Alguns outros indicadores que refletem a melhoria da AB incluem a evolução da taxa de cobertura populacional por equipes da saúde da família e o número de equipes implantadas.

#### **EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA POPULACIONAL POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (2007-2011)**



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADAS (2007-2011)



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

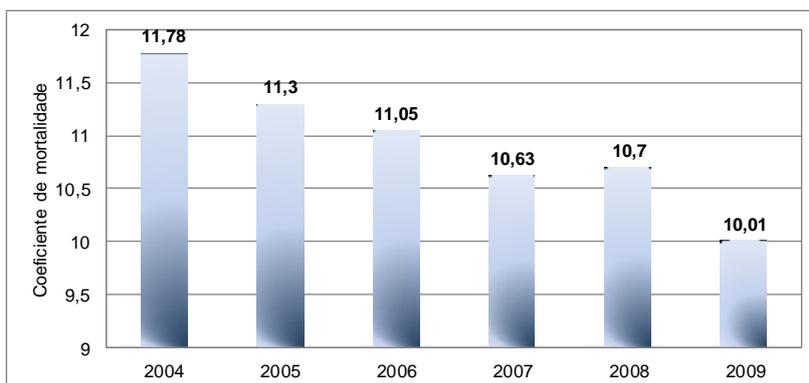
Na Saúde da Mulher, os grandes avanços incluem a implantação da Rede Cegonha e as ações de prevenção e tratamento do câncer de colo de útero e mama.

A Rede Cegonha - fundamentada nos princípios da humanização e assistência –tem possibilitado a ampliação do acesso, o acolhimento e a melhoria da qualidade do pré-natal, o transporte tanto para o pré-natal quanto para o parto e o acesso ao planejamento reprodutivo. Algumas ações realizadas incluem a construção de Centros de Parto Normal, Casa da Gestante e do Bebê, ambientação e construção de maternidades, aquisição de kits parteira e realização de testes rápidos de HIV e sífilis. entre outros.

Para a prevenção e tratamento do câncer de colo de útero e mama, foram realizados quase 11 milhões de exames citopatológicos e mamografias bilaterais na faixa etária prioritária, além da implantação de novos serviços de radioterapia e ampliação dos serviços existentes. Visando a contínua melhoria dos serviços, foram também iniciados projetos de estruturação de laboratórios de citopatologia e de serviços de diagnóstico do câncer de mama.

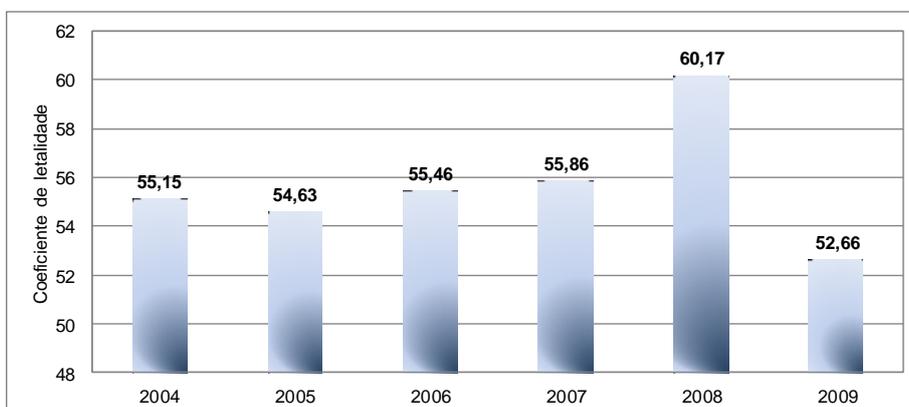
As ações voltadas à saúde da mulher, recém-nascidos e crianças devem ser foco do MS nos próximos anos; o avanço em alguns indicadores mostram que elas têm surtido efeito, mas os – ainda – altos índices de mortalidade e letalidade ressaltam a necessidade de intensificação dessas ações.

### TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL (1/1.000)



Fonte: Sala de Situação em Saúde

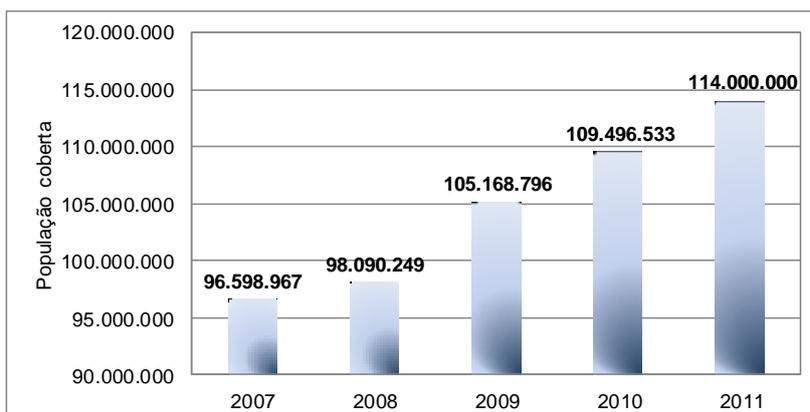
### TAXA DE MORTALIDADE MATERNA (1/1.000.000)



Fonte: Sala de Situação em Saúde

A Rede de Atenção às Urgências – RAU –apresentou como principais resultados a inauguração de 31 novas UPAs e a seleção para construção de outras 117 (no total, existem 650 UPAs habilitadas e 145 em funcionamento),o aumento da cobertura populacional do Samu 192, a instituição da Força Nacional do SUS e o lançamento do SOS Emergências, que objetiva melhorar a gestão, qualificar e ampliar o acesso aos usuários em situações de urgência, reduzir o tempo de espera, e garantir atendimento ágil, humanizado e com acolhimento. Em 2011, a ação foi iniciada em 11 hospitais de grande porte, com previsão de qualificação de 40 portas de entrada de hospitais de referência e com grande demanda diária até 2014. Abaixo, seguem alguns indicadores com a evolução dos resultados alcançados na RAU.

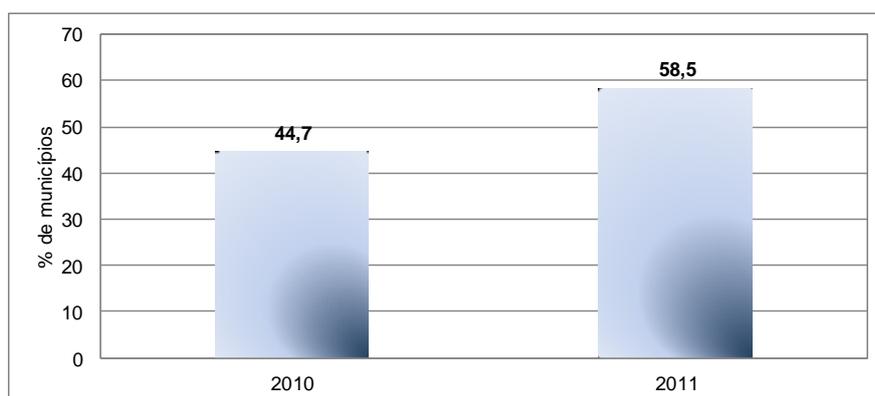
**EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA POPULACIONAL POR UNIDADES DE SAMU IMPLANTADAS (2007-2011)**



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

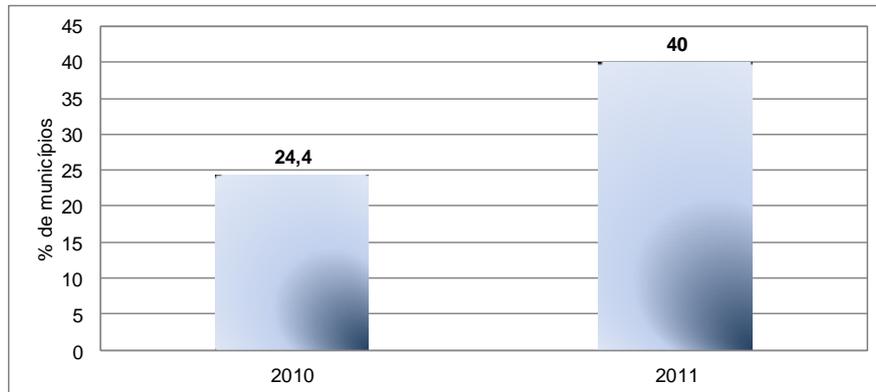
A atuação do MS na assistência farmacêutica foi marcada pelo lançamento do “Saúde Não Tem Preço”, programa por meio do qual são oferecidos gratuitamente, na rede credenciada, medicamentos para hipertensão e diabetes. As 20.225 farmácias credenciadas e as 554 farmácias próprias forneceram, em dezembro de 2011, esses medicamentos para mais de 3,5 milhões de pessoas. Dois indicadores que destacam a evolução do Programa são o percentual de municípios com farmácias e drogarias credenciadas no Programa Aqui tem Farmácia Popular e o percentual de municípios mapeados com extrema pobreza com farmácias e drogarias credenciadas.

**PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM FARMÁCIAS E DROGARIAS CREDENCIADAS NO PROGRAMA AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR, COM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS (2010-2011)**



Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS

**PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM EXTREMA POBREZA COM FARMÁCIAS E DROGARIAS CREDENCIADAS NO PROGRAMA AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM EXTREMA POBREZA.**



Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS

Outra importante frente de atuação no âmbito da assistência foi a disponibilização de medicamentos do coquetel de combate ao HIV/Aids aos 217 mil pacientes que vivem com Aids no País.

Na atenção à Saúde Mental, o MS busca consolidar um modelo de atenção aberto e de base comunitária, contando para tanto com Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Centros de Convivência e Cultura e leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos 7 CAPS III implantados em 2011). Especificamente para a atenção em álcool e drogas, conta-se ainda com leitos de retaguarda e a Escola de Redutores de Danos. Para 2012, há a previsão de qualificação de CAPS ad 24h, implantação de Unidades de Acolhimento infantil e adulto e de Consultórios na Rua.

Em relação à promoção, prevenção e vigilância em saúde, pode-se destacar: as Academias de Saúde (1.772 habilitadas); a nova Lei do Fumo, que proíbe o fumo em locais fechados, veta a propaganda nos pontos de venda, aumenta a carga tributária sobre o cigarro, entre outros; a assinatura, entre MS e indústria alimentícia, da nova fase do acordo que prevê a redução gradual de sódio em 16 categorias de alimentos; a redução de 40% do nº de casos graves de dengue (e 26% no nº de óbitos), 22,6% do nº de casos de malária na região amazônica e 82% do nº de casos de influenza, com redução de 83% no nº de óbitos. Outro indicadores relevante é a taxa de incidência de tuberculose, que passou de 37,7/100 mil em 2010 para 36/100 mil habitantes em 2011.

No âmbito da gestão, alguns avanços alcançados incluem o lançamento do Portal da Transparência, a regulamentação da Lei nº 8.080 (por meio do Decreto nº 7.508/2011), o estabelecimento do Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP – e a criação do Índice de

Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – IDSUS. Além disso, com ações de melhoria de gestão, foram economizados R\$ 1,7 bilhão na compra de medicamentos e insumos.

O processo de planejamento do Ministério da Saúde resultou no Plano Nacional de Saúde 2008-2011, no PPA 2008-2011 e no Planejamento Estratégico. Composto por dois momentos complementares, a elaboração do Plano consistiu da análise de situação de saúde brasileira e da definição de objetivos, diretrizes e metas. O PNS 2012-2015 teve como característica marcante a intensa participação social, tendo sido discutido com o Conselho Nacional de Saúde – CNS - em diferentes momentos de sua elaboração e aprovado em novembro de 2011. Além do respeito à participação social, foi assegurado o diálogo com Estados e Municípios por meio da apresentação à Comissão Intergestores Tripartite. Além disso, o PNS foi aprovado contendo em seu objetivo 16 diretrizes, 111 metas e 29 indicadores.

O PNS apresenta intensa relação com o PPA, – instrumento de governo que estabelece, a partir de um programa temático, as iniciativas com cobertura orçamentária para o desenvolvimento das ações propostas para um período de quatro anos, na perspectiva de integração entre planejamento e orçamento federal. O PPA, no Programa Temático: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, conta com 16 objetivos, 149 metas, 125 iniciativas e 29 indicadores, nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de governo para o período 2012-2015.

Quanto ao Planejamento Estratégico, foram definidos os norteadores institucionais (16 Objetivos Estratégicos), validados pelos 56 dirigentes presentes e por cerca de 200 técnicos das diversas áreas. Dessa forma, foi feito um alinhamento do Planejamento Estratégico e dos demais instrumentos que estavam, concomitantemente, sendo construídos (PNS 2012-2015 e PPA 2012-2015), conforme descrição abaixo:



No tocante ao financiamento, houve aumento expressivo tanto na dotação autorizada como do empenho de recursos. Em 2010, o valor total empenhado foi de R\$ 61,9 bilhões,

atendo aumentado para R\$72,3 bilhões em 2011. O acréscimo nominal de 16,7% no empenho de recursos superou os 6,3% alcançados em 2010, quando comparado a 2009. Este aumento ainda está aquém das demandas da saúde; nesse sentido, a regulamentação da EC29 - com a publicação da Lei Complementar nº141 - não trouxe alterações significativas em relação ao valor mínimo e às normas de cálculo do montante mínimo a ser aplicado, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde - ASPS. Apesar disso, a LC141 trouxe contribuições pela definição clara do que são consideradas ASPS, nas três esferas de gestão.

Além da busca contínua por recursos adicionais para a Saúde, permanece a necessidade de avanço na distribuição mais equânime e na gestão eficiente dos recursos, com o objetivo de cumprir os princípios do SUS de universalidade, integralidade e equidade.

Em relação aos desafios a serem enfrentados a partir de 2012, destaca-se a efetiva operacionalização da Lei Complementar nº141, aprovada em 13 de janeiro de 2012 e que traz importantes inovações tanto para o Ministério da Saúde como para os estados e municípios.

Outra perspectiva para o próximo ano será a elaboração da Programação Anual de Saúde e o aprimoramento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação, com integração dos instrumentos, acompanhamento físico e financeiro contínuo das ações e o uso sistemático de indicadores.

Além disso, o Ministério da Saúde continuará direcionando esforços para o aprimoramento da participação social e do diálogo e pactuação tripartites, considerando que grande parte de seus recursos, políticas e programas impescindem da descentralização e da atuação solidária entre todos os entes federativos.

Finalmente, a atuação do MS é pautada pela transparência de suas ações. Nesse sentido, é indispensável o aprimoramento das relações com os atores externos, em especial os órgãos de controle. Para além disso, entretanto, há que se fortalecer continuamente os mecanismos para que as informações estejam não apenas disponíveis, mas claras, objetivase de fácil acesso pela população.

## **Perspectivas 2012**

Em relação aos desafios a serem enfrentados a partir de 2012, destaca-se a efetiva operacionalização da Lei Complementar nº141, aprovada em 13 de janeiro de 2012 e que traz importantes inovações tanto para o Ministério da Saúde como para os estados e municípios.

Outra perspectiva para o próximo ano será a elaboração da Programação Anual de Saúde e o aprimoramento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação, com integração dos instrumentos, acompanhamento físico e financeiro contínuo das ações e o uso sistemático de indicadores.

Além disso, o Ministério da Saúde continuará direcionando esforços para o aprimoramento da participação social e do diálogo e pactuação tripartites, considerando que grande parte de seus recursos, políticas e programas impescindem da descentralização e da atuação solidária entre todos os entes federativos.

Finalmente, a atuação do MS é pautada pela transparência de suas ações. Nesse sentido, é indispensável o aprimoramento das relações com os atores externos, em especial os órgãos de controle. Para além disso, entretanto, há que se fortalecer continuamente os mecanismos para que as informações estejam não apenas disponíveis, mas claras, objetivas e de fácil acesso pela população.